

**Ata da Segunda Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha no ano de 2021, de 14 de junho de 2021, com destaque na pauta para hierarquização de recursos do FEHIDRO 2021, resumo publicado no Diário Oficial do Estado em 29/06/2021.**

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às 10h, através da plataforma de videoconferência Microsoft Teams, compareceram os membros da Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha para a realização da 2ª Reunião Ordinária de 2021 do CBH/TB, tendo como principal item de pauta a hierarquização de recursos financeiros do FEHIDRO 2021. Compareceram 34 membros, sendo 10 Prefeitos representando o segmento Município, com 8 titulares, à saber: Vladimir Antonio Adabo (Prefeito Municipal de Borborema), Tais Fernanda Maimoni Contieri Santana (Prefeita Municipal de Cafelândia), Bruno Floriano de Oliveira (Prefeito Municipal de Guiçara), Gilhiard Henrique de Bortoli (Prefeito Municipal de Pongaí), Artur Manoel Nogueira Franco (Prefeito Municipal de Promissão), Eder Ruiz Magalhães de Andrade (Prefeito Municipal de Sabino), Robson Eduardo Fortes (Prefeito Municipal de Uru) e Alcemir Cássio Grégio (Prefeito Municipal de Urupês); e 2 suplentes, à saber: Antônio Carlos de Mattos Santos (Prefeito Municipal de Dobrada) e Marcos Roberto Frugeri (Prefeito Municipal de Guarantã); outras 5 Prefeituras Municipais tiveram representação, sendo elas: Elisiário, Ibirá, Itápolis, Mendonça e Presidente Alves; 12 membros representando o segmento Estado, sendo 7 titulares, à saber: Lupercio Zirolto Antonio (Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE), Flávia Vasconcelos Figueiredo (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB), Marcel Bonini (Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade – CFB), Vanilson Fickert Graciose (Secretaria Estadual de Turismo), Graziela G. Silveira Scardovelli (Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente), Inês Cechin (Universidade Estadual Paulista – UNESP), Cláudia Anastácio Macedo Reis (Fundação para Conservação e Produção Florestal do Estado de São Paulo); e 5 suplentes, à saber: Antonio Carlos Vieira (DAEE- Departamento de Águas e Energia Elétrica), José Murilo Martin Nano (CFB – Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade), Renato Theodoro Delgado (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento), Telma Biselli de Lourenço (Secretaria Estadual da Educação) e José Ezequiel Santana (Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente); e 12 membros representando o segmento Sociedade Civil, sendo 10 titulares, à saber: Allyson Gabriel Paes de Lira Rozeno (Fundação Paulista de Tecnologia e Educação de Lins), Cláudio Bedran (Planeta Verde – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental), Antonio Vicente Moscolgiato (Departamento de Água e Esgoto de Bauru), Vera Lúcia Nogueira (ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento), Luiz Aparecido da Silva (SOS Rio Dourado), Alberto Ferreira Rino (Fórum Pró Batalha), Mércia Maria de Almeida (ACIFLORA – Associação de Recuperação Florestal e Ecológica da Região de Bauru), Larissa Javarotti de Oliveira (CREA/SP – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo), Francisco Yutaka Kurimori (SENAG – Associação dos Eng., Arquitetos e Agr. Da Região Administrativa de Lins), Vicente Guereschi (ADENOVO – Agência de Desenvolvimento de Novo Horizonte); e 2 suplentes, à saber: Silvia Mayumi Shinkai de Oliveira (ASSEMAE – Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento) e André Elia Neto (SIFAESP – Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool do Estado de São Paulo). O membro da Sociedade Civil, Marcelo Castro Junqueira (Sindicato Rural de Lins), teve sua ausência justificada. Dos membros presentes, 30 possuem direito a voto, perfazendo um total de 67% dos membros com direito a voto. O início da reunião deu-se pelo Secretário Executivo, Lupercio Zirolto Antonio, do DAEE, que deu as boas vindas aos presentes, comunicando inicialmente que a videoconferência seria gravada. O Secretário Executivo passa então a palavra ao Presidente do CBH-TB e Prefeito Municipal de Sabino, Eder Ruiz Magalhães de Andrade, que também dá as boas vindas aos membros e deseja a todos uma profícua reunião. Em seguida, Lupercio Zirolto Antonio passa a palavra ao Vice-Presidente do CBH-TB, Cláudio Bedran, do Planeta Verde, que deseja uma boa reunião a todos, com resultados bons para a região. Novamente com a palavra, o Secretário Executivo, reitera sobre a importância da pauta principal da 2ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha de 2021,

referente à apresentação, discussão e deliberação de relatório da CT-PA sobre as obras, serviços e projetos a serem hierarquizados com recursos do FEHIDRO, referente ao ano de 2021. Anteriormente à dar seguimento à pauta principal, o Secretário Executivo coloca em discussão a Ata da 1ª Reunião Ordinária de Posse do CBH/TB no ano de 2021, de 22 de fevereiro de 2021 e as Deliberações CBH/TB nºs 001, 002 e 003/2021, documentos esses enviados aos membros juntamente com a convocação. Não havendo nenhum óbice ficam aprovadas a Ata da 1ª Reunião Ordinária de Posse do CBH/TB no ano de 2021 e as Deliberações CBH/TB nºs 001, 002 e 003/2021. Ainda nesta primeira fase da reunião, que se refere aos informes gerais, Lupercio Zirolto Antonio comunica que neste mês de junho haverá posse do segmento Municípios na Plenária do Conselho Estadual de Saneamento - CONESAN e destaca que para uma das vagas representadas pelo segmento Municípios, existe um revezamento entre os Comitês das Bacias Hidrográficas Tietê Batalha - CBH/TB e Tietê Jacaré - CBH/TJ na titularidade e delegado e que neste ano o CBH/TB indicará a ocupação da titularidade para ocupar a Plenária do CONESAN. Neste assunto, o Secretário Executivo ressalta que comumente a indicação do Comitê é para seu Presidente, neste caso o Prefeito Municipal de Sabino, Eder Ruiz Magalhães de Andrade que se colocou à disposição para ocupar o cargo. Não havendo manifestação contrária, o Prefeito de Sabino foi o indicado do CBH/TB para compor a Plenária do CONESAN representando o 7º Grupo, neste próximo biênio. Passando para o próximo item de pauta, sobre a divulgação do material institucional do CBH-TB, o Secretário Executivo passa a palavra à representante do DAEE, Rafaela Ribeiro de Carvalho Trivilin, que também auxilia nas atividades de comunicação do Comitê, para que apresente o material institucional de 2021 preparado pela Diretoria. Com a palavra, a representante do DAEE, destaca primeiramente que o material institucional integra o Plano de Comunicação do CBH-TB, aprovado no dia 27 de novembro de 2020 em Reunião Plenária no CBH/TB, e que auxilia na forma como o Comitê se comunica com seu público interno e externo. Continuando, apresentou o material institucional, que é composto por um novo portal do CBH/TB, com um site modernizado e reformulado; uma identidade visual nova, com um logotipo redesenhado; um vídeo institucional, apresentando a região da UGRHI-16; e a criação das redes sociais do Comitê no Youtube, Facebook e Instagram. Findada a apresentação, e novamente com a palavra, Lupércio Zirolto Antonio reitera a importância das novas ferramentas de comunicação do Comitê e a necessária atuação dos membros na divulgação dessas ações, que estão sendo desenvolvidas no âmbito da comunicação. Em seguida, o Secretário Executivo passa a palavra ao Coordenador das Câmaras Técnicas, Antonio Carlos Vieira, para na sequência da pauta, apresentar o Relatório Final acerca das solicitações ao FEHIDRO 2021 no âmbito do CBH/TB, com indicação dos empreendimentos classificados e desclassificados. Com a palavra, o Coordenador da CT-PA esclarece que a Secretaria Executiva do Comitê, no período estabelecido na deliberação 009/2020 promoveu o primeiro protocolo. Foram 24 solicitações propostas, sendo o primeiro protocolo ocorrido de 22 a 26 de fevereiro. Cita que as Câmaras Técnicas se reuniram separadamente por videoconferência em três oportunidades, nos dias 22, 24 e 26 de março e que na primeira reunião de pré-análise das CTs, foram indeferidas 6 propostas, sendo 4 propostas de Educação Ambiental, 1 proposta de Plano Diretor de Perdas; e 1 obra de Estação Compacta de Tratamento de Esgoto. Sendo assim, 18 propostas foram pré-qualificadas para efetuarem o segundo protocolo, que ocorreu de 26 a 30 de abril. As reuniões das Câmaras Técnicas ocorreram nos dias 12 e 14 de maio. Antonio Carlos Vieira esclarece ainda que a reunião pré-agendada para o dia 10 de maio, da CT-TE, não ocorreu, pois os quatro projetos de Educação Ambiental inscritos, foram indeferidos já na análise para pré-qualificação. Das 18 solicitações pré-qualificadas, 16 efetuaram o segundo protocolo. Após análise das 16 solicitações protocoladas a CT-PA emitiu o relatório final onde totalizou 14 solicitações aprovadas para hierarquização e outras 10 indeferidas. Na sequência, Antonio Carlos Vieira fez apresentação das solicitações classificadas e hierarquizadas, sendo 2 enquadradas nos PDCs 1 e 2, inscritas no Plano de Ações e Programa de Investimentos – PA/PI 2020-2023, a saber: 1) Plano Diretor de Combate à Perdas no Sistema de Abastecimento Público do Município de Sales (Prefeitura Municipal de Sales); e 2) Regularização dos usos públicos de recursos hídricos do Município

de Marapoama (Prefeitura Municipal de Marapoama); outras 12 solicitações enquadradas nos PDCs 3 e 5, inscritas no PA/PI 2020-2023, a saber: 1) Elaboração de Projeto para readequação da Estação de Tratamento de Esgotos e de remoção e destinação lodo (Prefeitura Municipal de Elisiário); 2) Remoção e desidratação de lodo da lagoa anaeróbia da Estação de Tratamento de Esgotos do Município de Urupês (Prefeitura Municipal de Urupês); 3) Implantação de dispositivo para recebimento de resíduos recicláveis e volumosos (Prefeitura Municipal de Uru); 4) Elaboração de Projeto de rede de Galeria de Águas Pluviais no Bairro Águas Virtuosas, Município de Bauru/SP (Prefeitura Municipal de Bauru); 5) Implantação de melhorias do sistema de drenagem na Avenida Henrique Bertin, no Município de Guaiçara - Contenção de erosão (Prefeitura Municipal de Guaiçara); 6) Ações de Combate à Perdas de Água com substituição das redes de cimento amianto no Município de Guarantã – Etapa II (Prefeitura Municipal de Guarantã); 7) Implantação do projeto de combate a perdas de água, com a implantação física, pré-operação e modelagem hidráulica matemática do setor 01 e pesquisa de vazamentos não visíveis no Município de Itajobi (Prefeitura Municipal de Itajobi); 8) Ações de Combate à Perdas no sistema de abastecimento de água do Município de Mendonça - Fase 01 (Prefeitura Municipal de Mendonça); 9) Ações de Combate à Perdas - Implantação física do setor 2 no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Reginópolis (Prefeitura Municipal de Reginópolis); 10) Ações de Combate à Perdas no abastecimento público de Cafelândia – Fase I - Melhoria da Rede de distribuição potável do Setor 02 (1ª Etapa) (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cafelândia); 11) Ações de Combate à Perdas - Implantação física do setor 3 e 4, no sistema de abastecimento de água no Município de Itápolis (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itápolis); e 12) Ações de Combate à Perdas - Implantação física do setor 2 e 3 e VRP no Sistema de Abastecimento de Água do Município de Pirajuí (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Pirajuí). Após a apresentação das solicitações classificadas, Antonio Carlos Vieira fez o relato sobre as 10 solicitações desclassificadas, sendo 6 quando da primeira análise das Câmaras Técnicas e outras 4 quando da segunda análise, explanando os motivos, sendo: 1) Elaboração de Programa de Educação Ambiental no Município de Cafelândia - SP (Prefeitura Municipal de Cafelândia); 2) Elaboração de Programa de Educação Ambiental no Município de Jaci - SP (Prefeitura Municipal de Jaci); 3) Elaboração de Plano de Educação Ambiental no Município de Uru - SP (Prefeitura Municipal de Uru); sendo os 3 por infringir o Artigo 5º da Deliberação CBH/TB nº 009/2020, objeto não indicado no Plano de Ações e Programa de Investimento – PA/PI 2020-2023; por custo incompatível; e entendimento de que se deve aguardar a conclusão do Plano Diretor de Educação Ambiental da UGRHI; 4) Projeto de Educação Ambiental "Meio Ambiente em Pauta" (Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde), por não observância dos Decretos Estaduais nº 64.879 de 20/03/2020 e nº 64.881 de 22/03/2020, que respectivamente reconhece o estado de calamidade pública em razão da pandemia pelo COVID-19 e instituiu o isolamento social através da quarentena; (previstas atividades presenciais, tais como: curso de formação, peça teatral, etc); e por ferir o item 3.4 do MPO, o qual estabelece que o Fundo somente financie itens indispensáveis ao cumprimento do objeto principal (proposta prevê aquisição de impressora, computador, projetor, aparelho de som, ar condicionado, etc); 5) Plano de controle e redução de perdas de água (Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde), por infringir o Artigo 5º da Deliberação CBH/TB nº 009/2020, no PA/PI 2020-2023 a elaboração de Plano Diretor é atribuída exclusivamente ao Município; por ferir o item IV do Artigo 9º da Deliberação, consta situação de inadimplência financeira perante o sistema de cobrança da UGRHI-16 (exercícios 2018, 2019 e 2020), portanto impedido de pleitear recursos do FEHIDRO no exercício 2021; e por incompatibilidade das atividades desenvolvidas pela proponente e àquelas relacionadas ao abastecimento público no Município; 6) Plano Diretor de Combate à Perdas no Sistema de abastecimento de água (Prefeitura Municipal de Jaci), por infringir o Artigo 7º da Deliberação CBH/TB nº 009/2020, não efetuou o 2º protocolo da solicitação; 7) Implantar o Sistema de coleta e tratamento de esgotos no Bairro Recanto de Lazer Vista Alegre (Prefeitura Municipal de Sabino), por infringir o Artigo 6º da Deliberação CBH/TB nº 009/2020; deixou de apresentar os documentos do Anexo I (Ficha Resumo, Planilha e Cronograma); 8) Estação

de tratamento de efluentes do Distrito de Botelho (Prefeitura Municipal de Santa Adélia), por infringir o Artigo 6º da Deliberação CBH/TB nº 009/2020, não apresentou os documentos do Anexo I (especificamente, a LP/LI emitida pela CETESB e a outorga de lançamento emitida pelo DAEE); por infringir o Artigo 7º, não apresentou documento do Anexo II, atestando disponibilidade da área; 9) Implantação de Galeria de Águas Pluviais proposta no ponto 12 do Plano de Macrodrenagem Rural (Prefeitura Municipal de Presidente Alves), por infringir o Artigo 7º da Deliberação CBH/TB nº 009/2020, não efetuou o 2º protocolo da documentação; e 10) Projeto Executivo de Drenagem Urbana e combate à erosão, Bairro Centro e Três Paineiras (Prefeitura Municipal de Pongaí), por não efetuar os ajustes solicitados na fase de pré-qualificação; foram identificados na planilha de orçamento, custos incompatíveis para a realização do objeto, especificamente no itens 1.2 - "levantamento topográfico cadastral" e 2.2 - "sondagem à percussão"; sendo que no TR não há dissertação que justifique os elevados custos em relação ao valor total. O Coordenador das Câmaras Técnicas finalizou a explanação dos indeferimentos e na sequência, sintetizou o resumo dos valores FEHIDRO 2021 disponibilizados para investimentos no âmbito do CBH/TB. Primeiramente fez saber que o valor disponível de R\$ 1.261.247,46, referente à compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos – CFURH e em seguida sobre os recursos de arrecadação 2020 e previstos 2021 pela Cobrança pelo uso dos recursos hídricos – COB, no valor de R\$ 3.437.186,35, totalizando R\$ 4.698.433,81 de recursos disponíveis para hierarquização. A seguir, informou os percentuais utilizados dos recursos disponíveis, a saber: a) 6,41% do total disponível para investimento foram destinados às solicitações dos PDCs 1 e 2, sendo que os projetos aprovados utilizarão R\$ 301.045,84; b) 93,59% para as solicitações dos PDCs 3 e 5, sendo que os projetos aprovados utilizarão R\$ 4.395.709,06. Conforme Relatório Final da CT/PA, os empreendimentos hierarquizados no ano de 2021 totalizam R\$ 4.696.745,90; apontando o saldo remanescente de recursos da CFURH, no valor de R\$ 1.678,88. Finalizando a apresentação do relatório, Antonio Carlos Vieira fez saber sobre a reunião do CRHi com as Secretarias Executivas dos Comitês, ocorrida no dia 10 de junho, em que foram dadas orientações para que os Colegiados indiquem uma carteira de suplência, para possível hierarquização ainda em 2021 caso haja cancelamentos de empreendimentos indicados ao FEHIDRO 2021, e /ou disponibilidade financeira em razão de cancelamento de outros contratos. O Coordenador da CT/PA relatou que em conversa com os outros coordenadores da CT/SA e CT/TE, e após análise das 10 solicitações desclassificadas, foi possível apresentar uma carteira de suplência com 4 solicitações, a saber: 1) Estação de tratamento de efluentes do Distrito de Botelho (Prefeitura Municipal de Santa Adélia); 2) Projeto de Educação Ambiental "Meio Ambiente em Pauta" (Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental Planeta Verde); 3) Plano Diretor de Combate à Perdas no Sistema de abastecimento de água de Jaci/SP (Prefeitura Municipal de Jaci); e 4) Plano de controle e redução de perdas de água do Município de Dobrada – SP (Prefeitura Municipal de Dobrada). O Coordenador da CT/PA esclarece que esses quatro empreendimentos necessitam de alguns ajustes para estarem aptos a hierarquização. Sendo assim, os proponentes tomadores serão notificados a adequarem as solicitações e deverão aguardar a disponibilidade financeira para serem contemplados. Finalizada a apresentação, retoma com a palavra, o Secretário Executivo, Lupercio Ziroldo Antonio que primeiramente coloca em votação a aprovação das 14 solicitações classificadas e hierarquizadas pelas Câmaras Técnicas. Sem óbices da Plenária, as 14 indicações foram aprovadas. Na sequência, Lupercio Ziroldo Antonio fala a respeito da Carteira de Suplência, sobre os empreendimentos que em curto prazo são capazes de sanar os impasses, e se colocarem a disposição para possível hierarquização; explica que essa passou a ser uma necessidade a ser adotada por todos os Comitês. Ressalta ainda que todas as 14 solicitações aprovadas, deverão passar pelo crivo dos agentes técnicos, sendo assim alguns desses empreendimentos hierarquizados poderão apontar algum problema, impedindo sua continuidade, assim a Secretaria Executiva acionaria diretamente a Carteira de Suplência para que o projeto seja contemplado. Na sequência, o Secretário Executivo abre a palavra para manifestações quanto às desclassificações apresentadas, assim como a carteira de suplência. Com a palavra, Antônio Carlos de Mattos Santos, prefeito municipal de Dobrada

fala sobre a situação do projeto indeferido e colocado na carteira de suplência. Salienta que a municipalidade já regularizou a situação da inadimplência junto à cobrança pelo uso dos recursos hídricos, ficando assim apta a tomar os recursos do FEHIDRO neste ano de 2021. Complementando, o prefeito de Dobrada defende que o município necessita muito do projeto, para evitar mais perda de água. Pede a palavra, o Vice-Presidente do Comitê e representante do Instituto Planeta Verde, Cláudio Bedran solicitando que o empreendimento de Educação Ambiental apresentado pela ONG fosse reconsiderado e devidamente hierarquizado. O prefeito municipal de Pongai, Gilhiard Henrique de Bortoli solicita a palavra para esclarecer a questão de valores e o motivo pelo qual foi indeferida a solicitação da municipalidade, argumentando que os valores foram baseados na planilha CPOS e que no próprio Termo de Referência foram apontados todos os dados de interferências, pois o município conta com uma topografia acidentada. Por fim ele solicita a reconsideração para classificação da solicitação. Com a palavra, Antonio Carlos Vieira se manifesta a respeito dos projetos citados, lembrando que, por ora, não há recursos remanescentes para hierarquização de mais nenhuma solicitação. Referente à solicitação do Planeta Verde, para Elaboração do Plano Diretor de Combate às Perdas do Município de Dobrada, ressalta que o principal motivo da desclassificação foi que no PA/PI do Comitê está descrito que os tomadores serão as Prefeituras, e esclarece que a documentação deve ser apresentada pela municipalidade. Quanto a solicitação de Educação Ambiental apresentada pelo Instituto Planeta Verde, o mesmo deve ser readequado para atender as solicitações da CT/TE. No caso da solicitação de Pongai, referente a projeto de drenagem, reforça que necessita de adequações nos custos. Após as considerações do coordenador da CT/PA, o Secretário Executivo salienta que devido estarem os recursos disponíveis para atendimento das solicitações em 2021, comprometidos com os 14 empreendimentos ora hierarquizados, propõe que a solicitação da PM de Pongai seja acrescentada na carteira de suplência, como de número 5, Projeto Executivo de Drenagem Urbana e combate à erosão, Bairro Centro e Três Paineiras (Prefeitura Municipal de Pongai). Para concluir coloca em votação os cinco indeferimentos e as outras cinco solicitações que ficaram em carteira de suplência. Sem óbices, a plenária aprova o proposto, resultando em 14 hierarquizações, 5 indeferimentos e 5 desclassificações. O Secretário Executivo faz saber que as hierarquizações, assim como a carteira de suplência serão descritas na Deliberação CBH/TB nº 004/2021, que dispõe sobre a utilização dos recursos do FEHIDRO referente ao ano 2021. Cumprida a pauta, e na ausência do Presidente que teve que se ausentar à 10 minutos por outro compromisso agendado, o Vice-Presidente, Cláudio Bedran dá por encerrada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê Batalha no ano de 2021, sendo em seguida lavrada, assinada e encaminhado resumo desta Ata para publicação no Diário Oficial do Estado, juntamente com a Deliberação CBH/TB nº 004/2021, que dispõe sobre a utilização dos recursos do FEHIDRO referente ao ano 2021. Dos documentos publicados, será enviada cópia aos membros da Plenária, para aprovação na próxima reunião.